Traçado urbano e funcionamento do núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto (SP), 1887

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas
UFAL – Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado /
Grupo de Estudos em Representações do Lugar (RELU)
dricapretz@hotmail.com

Max Paulo Giacheto Manhas
PPGAU UFAL – Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado /
Grupo de Estudos em Representações do Lugar (RELU)
mmanhas@yahoo.com

RESUMO
Após a chegada ao Brasil, a corte portuguesa planejou a estruturação de uma classe média, formada por um novo elemento nacional, livre, branco e consumidor, que seria atraído e fixado no país por meio de aglomerações planejadas para povoamento, os núcleos coloniais. Após pouco sucesso, o projeto foi viabilizado pela Lei de Terras de 1850 e a partir daí, novos núcleos foram formados, entre eles, o Antônio Prado. Único localizado em área recém desbravada pelo café, ocupou as terras devolutas em Ribeirão Preto (SP), que em 1887 contava apenas com algumas ruas ao redor do Largo da Matriz desde sua fundação, três décadas antes. Formado no auge da expansão cafeeira durante a chamada "marcha para o oeste", objetivou abastecer a população com gêneros de subsistência, atrair e fixar "braços para a lavoura" por meio da posse de terras. Vendidos preferencialmente a imigrantes com profissão urbana, sobretudo italianos, os lotes foram imediatamente ocupados e em 1892, após o pagamento da dívida pela maior parte dos proprietários, passaram a ser subdivididos e entraram no mercado de terras local. Partindo da reconstrução física da área, o estudo apresenta a trajetória espacial e socioeconômica do antigo núcleo colonial até sua incorporação na malha urbana de Ribeirão Preto, ressaltando a importância que teve para o desenvolvimento da cidade. A base cartográfica foi criada pelos autores a partir dos Títulos de Propriedade encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Público de Ribeirão Preto e da sobreposição de mapas de crescimento urbano da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: núcleos coloniais; urbanização; Ribeirão Preto.

ABSTRACT
Upon arrival in Brazil, the Portuguese court devised the structure of a middle class, made up of a new national element, free, white and consumers, who would be attracted and fixed in de country through planned settlements at settlement, the colonial nucleous. After failure, the project was made possible by the "Lei de Terras" of 1850 and thereafter, new nuclei were formed, among them Antonio Prado. Only one located in an area recently cleared for coffee, occupied the vacant lands in Ribeirão Preto (SP), which in 1887 had only a few streets around the Largo since its founding three decades ago. Formed at the height of the coffee expansion during the so-called "march west", aimed to supply the population with the genera of living, attract and retain "arms for farming" through land ownership. Sold mainly to immigrants with urban occupation, especially Italians, lots were immediately occupied and in 1892, after payment of debt for most of the owners, came to be subdivided and entered the local land market. Based on the physical

reconstruction of the area, the study shows the spatial and socio-economic trajectory of the old colonial core until its incorporation into the urban area of Ribeirão Preto, indicating the importance it had for the development of the city. The base map was created by the authors from the "Títulos de Propriedade" found in the "Arquivo do Estado de SP" and "Arquivo Público de Ribeirão Preto" and superimposing maps of the city's urban growth.

KEYWORDS: colonial nucleous; urban occupation; Ribeirão Preto.

I - ESTRATÉGIAS PARA A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS COLONIAIS NO BRASIL E EM RIBEIRÃO PRETO

O Município de Ribeirão Preto, fundado em 1856, teve sua fase de consolidação econômica a partir do último quartel do século XIX, em função das atividades geradas pelo complexo cafeeiro, chegando a uma primeira expansão urbana já em 1887, com a criação do Núcleo Colonial Antônio Prado.

A expansão cafeeira pelo chamado "Oeste Paulista" agravou a crise no sistema escravocrata iniciada com a expansão industrial, pois a escravidão era incompatível com o capitalismo emergente. Com o sistema de escravidão ameaçado, a solução para a falta de braços para a lavoura havia sido encontrada desde a primeira década do século XIX, com a primeira tentativa do governo imperial na implantação de núcleos coloniais: a estratégia consistia na contratação de trabalhadores assalariados europeus, e a forma fixá-los ao país seria por meio da distribuição de pequenas propriedades. Os núcleos coloniais desempenhariam a função de "germens" de futuras cidades, uma vez que havia necessidade de povoamento e estruturação social do país, por meio de uma classe média que deveria ser formada por um novo elemento nacional, diferente do negro, seguindo planos do governo imperial para "embranquecimento" da população brasileira.

Entre 1812 e 1850, foram criados apenas dez núcleos coloniais no Brasil, a maioria nos Estados do sul. Para viabilizar esta operação, desde 1850 havia sido criada a "Lei de Terras", que ordenava a demarcação das terras realmente cultivadas e disponibilizava aquelas incultas (as chamadas devolutas ou terrenos nacionais) para a formação dos núcleos coloniais, assim como convertia a terra em capital – principal objetivo da lei - substituindo a garantia de crédito hipotecado que o escravo representava ao fazendeiro. Com a terra capitalizada, o acesso seria permitido apenas aos que dispunham de meios para obtê-la, consolidando de vez a posse apenas por parte de uma elite latifundiária. Entretanto, utilizando-se todo tipo de fraudes nos registros oficiais, os fazendeiros (sobretudo cafeicultores paulistas) trataram logo de comprovar a posse das melhores áreas, e as terras devolutas que seriam destinadas à criação dos núcleos coloniais foram escassas, em terrenos inférteis, localizados longe dos centros urbanos.

Com a Lei de Terras e diversas novas medidas do governo para estabelecimento da pequena propriedade, nos dez anos seguintes outros treze núcleos coloniais foram inaugurados, mas apenas um deles no Estado de São Paulo. Isso porque a elite cafeeira temia que a posse da terra afastasse o trabalhador dos cafezais, e sempre dificultou seu acesso por parte dos imigrantes. Ao participarem da política de subvenção da imigração juntamente com o governo, os cafeicultores faziam uso de propagandas enganosas no exterior sobre a existência dos núcleos coloniais apenas para atrair os imigrantes. O objetivo desta política era trazer o maior número possível de pessoas sem recursos para adquirir terras – principalmente após a enorme valorização fundiária obtida com o plantio do café - que tivessem como única alternativa a venda de sua força de trabalho, cujo valor também cairia devido ao excesso de oferta.

Portanto, ao lado da corrente que defendia a imigração para "colonização", ou seja, o povoamento de extensas áreas ainda não ocupadas do Brasil através da fixação do imigrante, facilitando seu estabelecimento e tornando-o pequeno proprietário, como aconteceu nas regiões sulinas, outra corrente, que teve atuação principalmente no Estado de São Paulo, encontrava na imigração apenas o suprimento da falta de braços para o café.

Entretanto, no auge da monocultura cafeeira, os gêneros de subsistência no Estado de São Paulo ficaram escassos e cada vez mais caros; além disso, a dificuldade de fixação do imigrante às fazendas havia se tornado um problema, devido às condições a que eram submetidos, semelhantes às dos escravos. Isso fez com que na segunda metade da década de 1880 os fazendeiros paulistas cedessem ao projeto de disponibilização da pequena propriedade aos imigrantes, resultando na fundação de vinte núcleos no Estado de São Paulo entre 1885 e 1911.

Entre os núcleos coloniais criados no Estado de São Paulo após 1885, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão Preto. A proposta era que servisse como "viveiro de mão-de-obra" para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira. Segundo o Departamento de Patrimônio da União, a regularização do patrimônio do referido núcleo foi proveniente do confisco pelo Governo Imperial de terras da Fazenda "Ribeirão Preto Abaixo" ao tenente-coronel Gabriel Garcia de Figueiredo, em 1878.

No ano de 1886 foram mapeados os "terrenos nacionais[1]" em Ribeirão Preto, originando a planta mostrada na Figura 01:

[1] Terras cujas posses ou cultivo não haviam sido comprovados após a Lei de Terras de 1850 para a aquisição do Título de Propriedade e passaram a pertencer ao Governo Imperial.

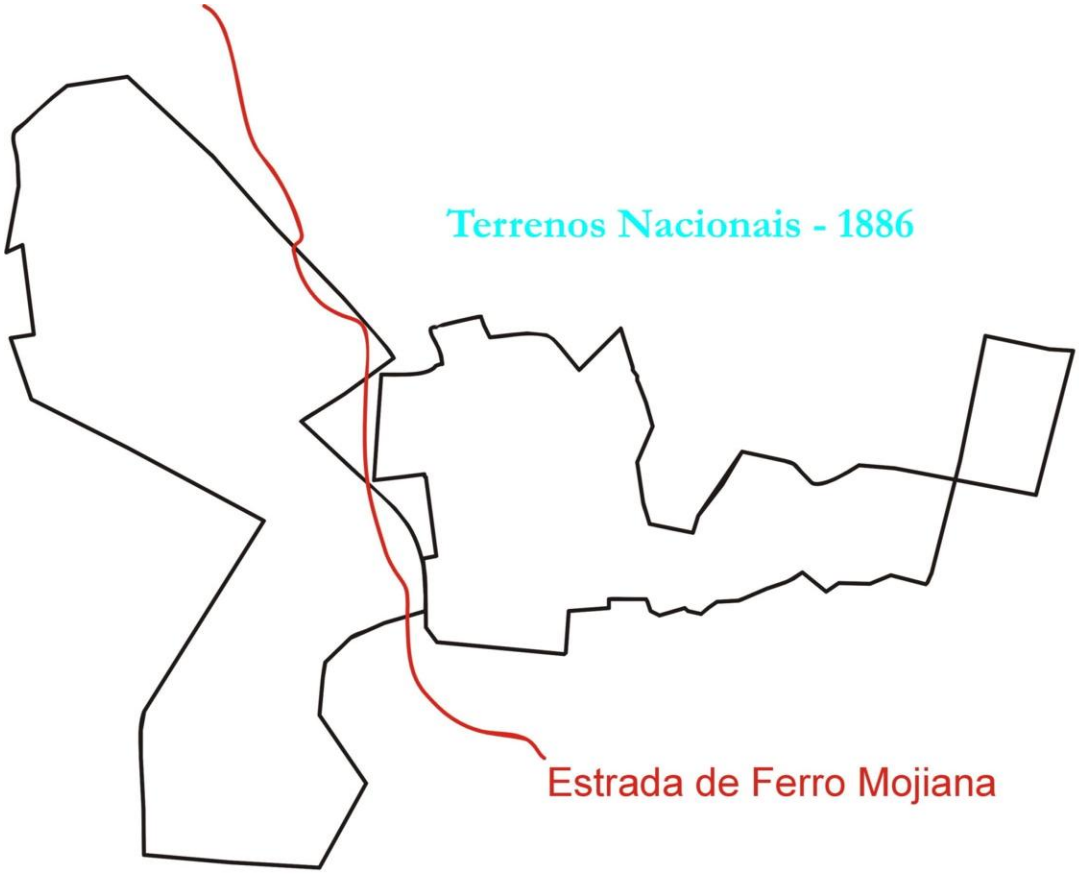

Figura 01 - Mapa dos terrenos nacionais demarcados em Ribeirão Preto. Fonte: APHRP, 2002

De acordo com Holloway (1984, p.197), a afirmação segundo a qual "o governo adquiria terras marginais, muitas vezes de solo fraco e no fundo de vales, não apropriadas para o café, que fazendeiros insolventes ou excessivamente endividados estavam ansiosos para vender" aplica-se ao caso do Núcleo Colonial Antônio Prado, implantado na várzea do ribeirão Preto com o córrego Retiro, em uma região que permaneceu desvalorizada em sua maior parte por toda a trajetória urbana da cidade devido, entre as diversas razões apresentadas neste trabalho, às constantes inundações e impossibilidades de acesso.

O núcleo foi beneficiado pela Lei de 1884, segundo a qual o governo imperial autorizava o governo provincial a estabelecer cinco núcleos coloniais nos principais distritos agrícolas que se encontravam próximos das estradas de ferro: através da Mojiana[2], que já fazia o transporte de café para o porto de Santos e chegava com os imigrantes, a produção do Núcleo poderia ser distribuída para os mercados regionais, fato que contribuiu para seu desenvolvimento. Fundamentado nesta lei, em 1887 o Ministério da Fazenda

[2] Foi adotada a grafia "Mojiana", seguindo normas da Língua Portuguesa.

colocou à disposição do Presidente da Província a quantia de R$5:000$000 (cinco contos de Réis) para aquisição de terras para a formação do Núcleo Colonial Antônio Prado. Assim, em 31 de julho de 1887, foi inaugurado em Ribeirão Preto o "Núcleo Colonial Senador Antônio Prado".

Figura 02 - Núcleo Colonial Antônio Prado. Fonte: APHRP, 2002.

II - FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO

O Núcleo Colonial Antônio Prado foi locado nas terras devolutas que se encontravam na várzea do ribeirão Preto e do córrego Retiro, que juntamente com a Estrada de Ferro da Mojiana, constituíram importantes condicionantes físicos para o seu desenho final. Quando foi implantado, a área urbana de Ribeirão Preto contava apenas com algumas ruas localizadas ao redor do Largo da Matriz. Internamente, os limites das seções coincidiram com as barreiras naturais e artificiais já existentes: em primeiro lugar, a E.F.

Mojiana, ao lado do Ribeirão Preto, dividiu o núcleo ao meio. Ao leste do ribeirão, o limite entre a Terceira e a Quarta era demarcado pela estrada para Batatais. A oeste do ribeirão, a Sede constituía a menor área, limitando-se com a Primeira Seção através do início da via de acesso à Cidade e com a Segunda Seção, a maior de todas.

Havia três acessos do núcleo colonial para o núcleo urbano já existente, que era chamado de "cidade": o primeiro, através do prolongamento da Rua do Largo da Matriz, atual Duque de Caxias, chegando ao limite da Sede com a Primeira Seção; o segundo, saindo do limite entre a Terceira e a Quarta Seção, pela Rua Saldanha Marinho, atual Avenida Saudade, e o terceiro, paralelo àquele, na direção da Rua Visconde de Inhaúma:

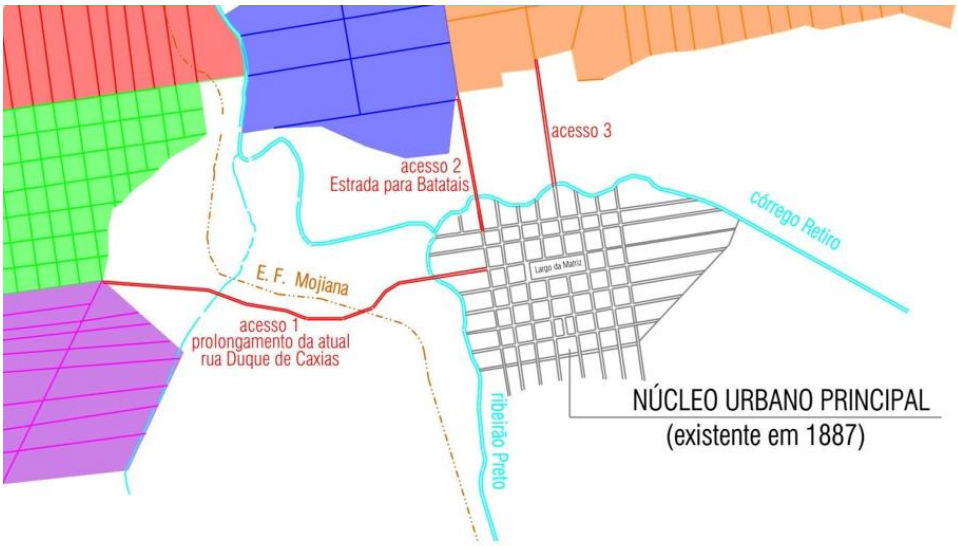

Figura 03 - Detalhe dos acessos de Ribeirão Preto para o Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887. Fonte: SILVA, 2006.

Estes acessos constituíram prolongamentos de caminhos do núcleo urbano principal em direção às fazendas, e já estavam demarcados no mapa de 1884. O acesso da Sede ao núcleo urbano principal passava pelas propriedades de Martinho Prado. Ao final de cada acesso, foi construída uma ponte, tal como estava previsto no Regulamento a fim de fazer a transposição entre a "Cidade" e as seções, passando sobre o Córrego Retiro e o Ribeirão Preto. Estavam previstas no projeto as "ruas da colônia", demarcadas nos limites dos lotes, que seriam os eixos de circulação interna do Núcleo. Essas ruas vieram a se tornar importantes eixos de circulação e, conseqüentemente, de comércio, dentro dos bairros que aí se formaram posteriormente.

Um regulamento aprovado pelo governo imperial desde 1867 estipulava um projeto para os núcleos coloniais. Neste caso, a área foi dividida em duzentos lotes dispostos em cinco partes, cada uma seguindo a configuração:

- **Sede:** totalizando uma área aproximada de 90 hectares, era constituída de 64 lotes formando quadriláteros de um hectare cada, agrupados em pares. Foi concebida com a finalidade de constituir um prolongamento da "Cidade" e por este motivo, esses lotes eram denominados "urbanos". Para se adquirir um era necessário que o requerente possuísse profissão urbana de artesão e demonstrasse desejo (mediante comprovação de pecúlio) para instituir uma oficina ou estabelecimento comercial. O valor do metro quadrado destes lotes era de 16,53 réis, ao passo que os lotes rurais tinham o metro quadrado cotado em 1,66 real, ou seja, dez vezes menos do que o valor do lote urbano. A Sede era a única seção que possuía dois equipamentos urbanos, os quais foram construídos junto ao lote 7A, sendo um deles identificado como "Barracão", e uma estação de trem. A Lei de 1892[3] deixava clara a intenção de se criar uma Sede, cujos lotes seriam "destinados a uma futura povoação". Dessa forma, no projeto do núcleo colonial, a Sede teria uma casa e administração como esta, bem como os arruamentos deveriam estar demarcados. Para a abertura de novas estradas, desapropriações também eram previstas, com indenizações aos proprietários, sendo esta a única ocasião em que a Câmara Municipal poderia intervir, antes da emancipação do núcleo colonial.
- **Primeira Seção:** fazendo limite com a Sede, esta seção abrangia uma área de 165 hectares aproximadamente, dividida em 21 lotes (sendo que o lote localizado após o de número 18 foi identificado como 18A). A divisão originou faixas de terrenos com 130 metros de largura em média, variando entre 630 a 950 metros de comprimento. Portanto, estes lotes possuíam entre nove e dez hectares.
- **Segunda Seção**: a maior de todas as seções do Núcleo, compreendia uma área superior a 660 hectares, dividida em 66 lotes demarcados e mais dois anexados (o que está localizado entre o Ribeirão Preto e o lote nº 1 é identificado por 0A e outro junto ao de nº 10 e após o de nº 24, identificado por 0B). A maioria deles media por volta de cem metros de largura por 615 a 879 metros de comprimento, que variava de acordo com a distância que o início do lote se encontrava do ribeirão, totalizando em média entre seis e nove hectares cada um.
- **Terceira Seção:** formada de 21 lotes demarcados e mais um anexado, identificado pelo nº0, perfazia cerca de 240 hectares. A Terceira Seção não apresentou a mesma configuração para os lotes observada nas outras três seções pois, enquanto os demais lotes constituíam longas faixas de terras, estes possuíam formas retangulares de 520 metros de largura por 220 de profundidade (totalizando, em média, onze hectares). Esta seção era permeada por duas pequenas porções de terras particulares e fazia limite com o bairro Retiro, o qual se encontrava mais próximo ao núcleo urbano principal e já dava sinais de povoamento.

[3] Artigo 5º da Lei nº 95, de 20 de setembro de 1892, regulamentada pelo Decreto n º 272 de 10 de dezembro de 1894

- **Quarta Seção:** a última seção do Núcleo, localizada em sua porção leste, era constituída por 28 lotes, totalizando 300 hectares. Do primeiro ao nono lote, foi seguido o mesmo formato retangular da Terceira Seção. Entre o décimo e o último (exceto os de número 22 e 23, os quais apresentavam quase o formato quadrado), os lotes eram compridos como os lotes rurais das demais seções, com largura média de 120 metros por 750 a 1000 metros de comprimento.

A configuração espacial do núcleo colonial dava claros sinais que posteriormente viria a se tornar uma parte integrante e importante economicamente para a cidade, visível a partir do traçado das ruas e lotes, da existência de uma sede destinada para área urbana, das dimensões dos lotes urbanos e rurais, diferença do valor entre eles e da proximidade com a linha férrea para escoamento dos produtos.

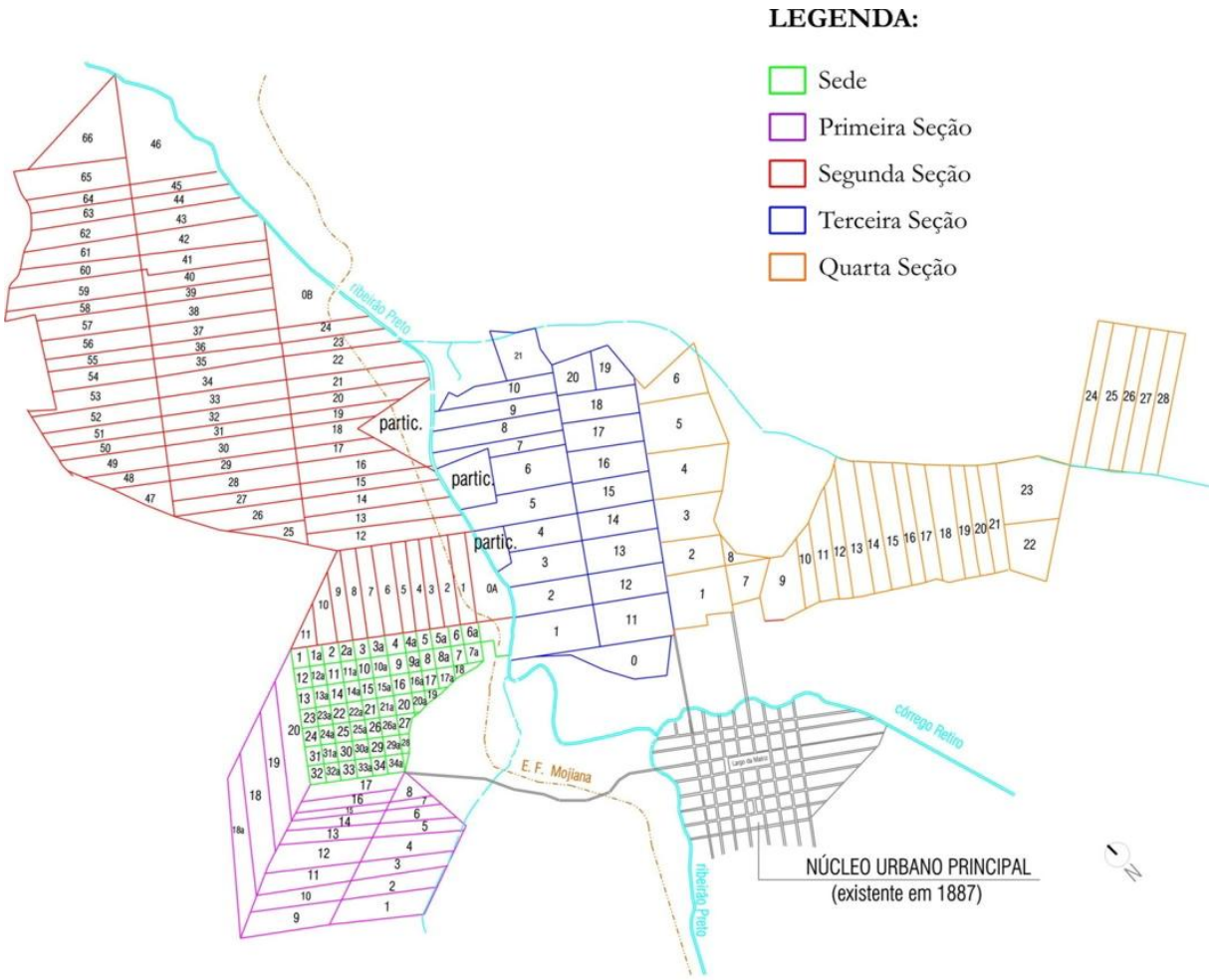

Figura 04 - Mapa mostrando as cinco seções do núcleo colonial, com os respectivos lotes enumerados. Fonte: SILVA, 2006.

A partir da inauguração, começaram a ser feitos os pedidos de lotes por parte dos colonos, sendo que alguns imediatamente obtiveram a concessão. Para adquirir um Título Provisório, deveria ser redigido um requerimento ao Presidente da Província de São Paulo, em que o candidato devia identificar-se e justificar seu pedido, conforme o exemplo abaixo:

> O peticionário recém-chegado é imigrante italiano, e acha-se matriculado no livro de entradas deste Núcleo, sob número 133. Escolheu o lote número 29 da Segunda Seção, cujo terreno é de campo e de terceira classe. Não há inconveniente para concessão do lote pois, o peticionário diz ter meios para cultivá-lo e construir casa (Requerimento do italiano Giuseppe Piovesan, feito em 28 de fevereiro de 1888. Fonte: APHRP).

Após este procedimento, o pedido seria deferido ou indeferido. Este documento era impresso para todos os núcleos coloniais, com espaço a ser preenchido com o nome do colono, cidade, número, área do lote e preço por braça quadrada, e continha o texto em português e em italiano – demonstrando o interesse pelos candidatos desta nacionalidade.

A criação e administração do núcleo eram de responsabilidade da Inspetoria de Terras e Colonização e pela agência Central de Imigração (substituídas em 1897 pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado), bem como todo o funcionamento até a quitação da maioria dos lotes, que ocorreu em 1893 - neste momento, o núcleo foi "emancipado", e sua área foi incorporada ao município.

Entre 1887 e 1893 foram feitos 200 requerimentos para lotes, e os títulos definitivos já começaram a ser solicitados em 1890, quando o requerente já estava instalado em seu lote havia dois anos. Da mesma forma, um último concessionário foi registrado no ano de 1893, sendo que no ano de 1892 não foi feito nenhum pedido nem transferência, pois, nessa época, estavam sendo expedidos os títulos definitivos. Analisando os "Títulos de Propriedade" concedidos entre 1892 e 1893, verifica-se que 162 colonos adquiriram seus títulos em 1892 e sete deles no ano seguinte.

Inicialmente, os lotes do núcleo colonial funcionavam apenas como chácaras, abastecidas pelos córregos da região, onde os imigrantes produziam milho, arroz, feijão, fubá e criavam animais, utilizando-se da estrada de ferro Mojiana para escoar a produção para outros municípios. A propriedade havia sido adquirida sob condição de cultura e morada efetiva e outras obrigações que deveriam ser rigidamente cumpridas, com a pena de perda do lote pelo não cumprimento - conservação dos marcos dos lotes; construção de residência de pelo menos "quatrocentos palmos quadrados"; plantio de "mil braças quadradas" em até seis meses após a designação do lote; residência de pelo menos um ano antes da obtenção do título definitivo do lote e o pagamento integral antes de sua concessão.

Chamam a atenção, contudo, algumas características da diversificação das atividades urbanas praticadas na área do núcleo colonial, que não necessariamente tinham vínculo com a produção cafeeira:

até a década de 1920, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da comercialização dos excedentes da pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional, como a cerveja produzida pela Livi & Bertoldi, fábricas de caramelo (para atender a produção de bebidas) e as diversas fábricas de sabão e cadeiras cujos registros foram também encontrados. Da mesma forma, havia uma multiplicidade de segmentos de serviços e manufatureiros que serviam como suporte da produção e circulação de mercadorias, como os motoristas de "carros de aluguel" e as oficinas de carroças. No ramo da construção, além da concentração de mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, observou-se a presença de olarias e depósitos de materiais.

Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços, os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda após a emancipação em 1893, quando os lotes originais puderam ser comercializados sem a intervenção do Estado. Com isso, o patrimônio público que era formado por suas terras foi transferido para o domínio privado e deste momento em diante, a distinção antes existente entre os lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. A partir daí, a classe trabalhadora pôde a adquirir lotes inteiros ou frações destes junto aos primeiros proprietários, para a formação de chácaras ou para a construção de casas para moradia ou aluguel, embora não alcançassem grandes preços devido à localização suburbana e à falta de investimentos públicos.

As seções que possuíam mais fácil acesso ao núcleo urbano principal, que eram a sede e a terceira seção, foram "reloteadas" antes das demais, abrigando as mais diferenciadas atividades econômicas, não significando, entretanto, que tenham recebido serviços de infraestrutura urbana prontamente. Ambas constituíram logo nos primeiros anos o bairro conhecido por "Barracão". A área correspondente a esta terceira seção, juntamente com o bairro Retiro (que já existia às margens do córrego Retiro) era chamada "Barracão de Baixo", para distinguir do "Barracão de Cima", que correspondia à área da sede, próxima à linha da Ferrovia Mojiana. Posteriormente, o Barracão de Baixo passou a se chamar Campos Elíseos e o Barracão (de Cima) teve seu nome alterado para Ipiranga somente na década de 1960.

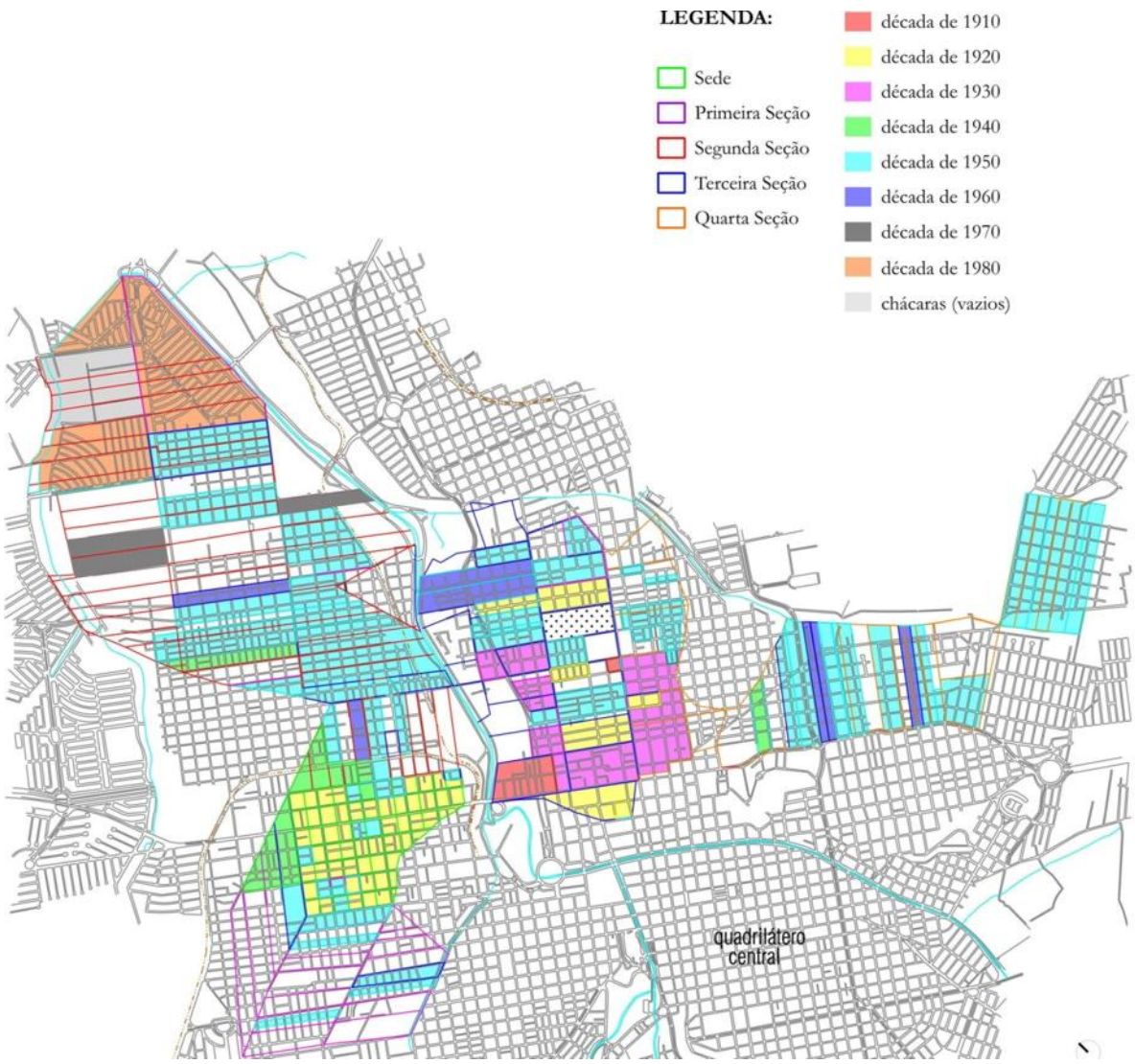

Figura 05 - Mapa mostrando os loteamentos originados dos fracionamentos dos lotes do Núcleo Colonial Antônio Prado. Fonte: SILVA, 2006.

O mapa a seguir mostra a mancha urbana de Ribeirão Preto em 1949, evidenciando que a área que outrora correspondeu à primeira, segunda e quarta seção do núcleo colonial ainda não haviam sido incorporadas na malha urbana da cidade, o que veio a ocorrer apenas na década seguinte.

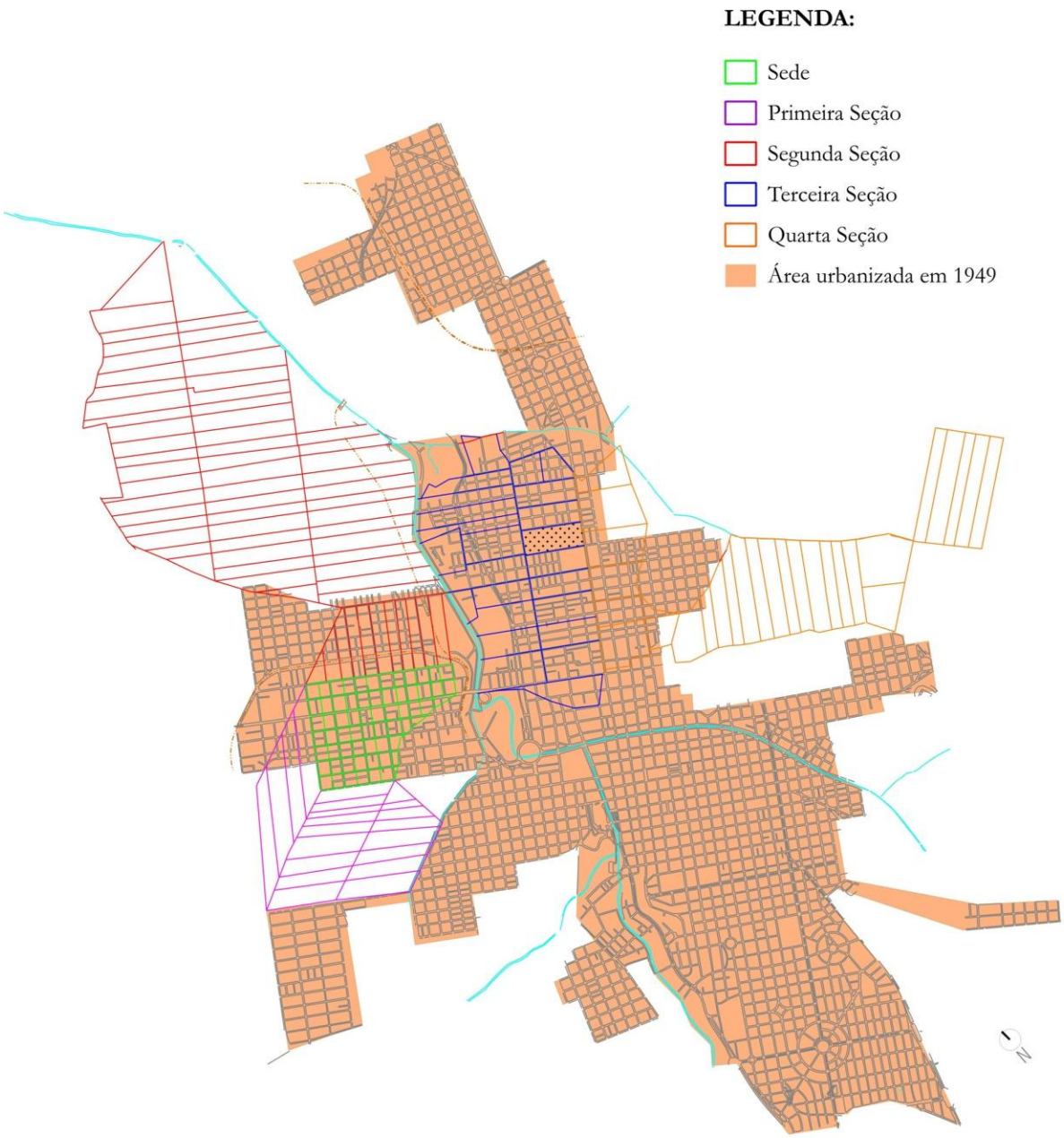

Figura 06 - Mapa destacando a mancha urbana de Ribeirão Preto em 1949. Fonte: SILVA, 2006.

III - CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO PARA RIBEIRÃO PRETO: A FORMAÇÃO DA "CIDADE INVISÍVEL"

O Núcleo Colonial Antônio Prado também contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias da cidade: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo para a população que se deslocou para aquela área.

Artigos que a indústria não supria ou cujos lucros não compensavam o alto custo com o transporte, passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de "fundo de quintal": fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens. Mas apesar desta atividade espontânea, a verdadeira "vocação industrial" que a área apresentou foi resultado do Artigo 54 do Código de Posturas de 1889, que proibia que fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública eram proibidas dentro da povoação, mas não restringia sua construção na área dos imigrantes. Juntamente com as indústrias, foram construídas diversas vilas operárias na área, por iniciativa dos industriais ou até mesmo particulares, que serviram para abrigar os operários que lá se concentraram.

A parcela da população que não tinha recursos para adquirir uma casa "higiênica", partia à procura de terrenos de acordo com seu poder aquisitivo, que encontraria no Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, fora da área urbana. Assim, o isolamento dos moradores não se deu unicamente devido à divisão física imposta pelo Ribeirão Preto ou pela Estrada de Ferro, mas estes limites sempre serviram como justificativa para a exclusão a que lhes foi imposta.

A linha da Mojiana foi responsável por outra segregação dentro do próprio bairro Barracão que começava a se constituir dentro do Núcleo: a porção que crescia na parte de cima da Estação Barracão era chamada "Barracão de Cima" e, do outro lado da linha da Mojiana, na parte mais baixa e correspondente à Terceira Seção, formou-se o "Barracão de Baixo".

> Desenhou-se, então, o fundamento de uma geografia social da cidade, que perdura até os dias atuais, da qual não se consegue mais escapar: o vetor de expansão sul, partindo do "quadrilátero central", nas proximidades com a Avenida Nove de Julho e Independência, configurando a centralidade da elite, concentrando valores imobiliários altos, habitações luxuosas, alto consumo e mais investimentos públicos; no sentido oposto, a partir da chamada "baixada" formada pelo encontro do Ribeirão Preto e Retiro, na proximidade com as avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira, onde se encontram os edifícios decadentes da área central, foi delimitado o território da pobreza. Esta se estende para o outro lado da Avenida Francisco Junqueira, seguindo por toda a Via Norte, entre os bairros que tiveram origem do Núcleo Colonial Antônio Prado. Excetuam-se apenas os bairros originados da Quarta Seção, que se encontra na zona leste e, portanto, constitui área de concentração da classe média atual de Ribeirão Preto (SILVA, 2006, p.109).

Os condicionantes físicos naturais e artificiais – os trilhos da ferrovia, o Ribeirão Preto, a estrada para Batatais e o córrego Retiro Saudoso - foram secundários quando comparados à segregação imposta pela legislação urbana local, a começar pela localização em sua área dos equipamentos de saúde e fábricas que deveriam, em princípio, ser afastados do contato com a população. Além disso, apesar da quantidade de pessoas que ocupavam os lotes inicialmente como chácaras, a infraestrutura urbana nunca alcançou devidamente todas as suas seções. Ambos os fatores contribuíram para a desvalorização daquelas terras tão logo entraram para o mercado imobiliário.

Além de obras de embelezamento, deveriam ser "afastados" do contato com a população – entende-se da elite - todos os possíveis agentes de contaminação. O primeiro passo foi a remoção do Cemitério que se encontrava na atual Praça Sete de Setembro desde 1888 e, portanto, zona privilegiada da cidade. A área escolhida para a instalação do novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, foi a do Núcleo Colonial Antônio Prado, que constituía a "cidade invisível", segundo Lapa (1995):

> A perversa contradição é que não dava para viver sem essa gente, isso é, o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de alguma maneira – indigentes ou criminosos, estropiados e leprosos, prostitutas ou bandidos, vivos ou mortos. Então, se não era possível eliminá-los, como hoje em dia parece ser para muitos o caminho mais fácil..., que fossem invisibilizados, remetidos para a cidade invisível, que se contrapunha à cidade visível, bem-comportada e saudável que se pretendia (LAPA, 1995, p.325).

O Cemitério da Saudade ocupou o lote de número 16 da Terceira Seção e constituiu o primeiro cemitério localizado fora dos limites do Patrimônio da Fábrica da Matriz. Havia ainda necessidade de construção de um Hospital de Isolamento de Leprosos. O "leprosário" ou "lazareto", como era chamado, foi inaugurado em 1897 juntamente com um Cemitério dos Leprosos e Variolosos, no lote 24 da Segunda Seção. Da mesma forma, o Matadouro Público deveria ser removido da área central, onde se encontrava, às margens do Córrego Retiro desde 1874. Seguindo novas exigências de ordem sanitária, o matadouro foi instalado definitivamente em 1903, próximo à Sede e Terceira Seção do Núcleo. Por fim, hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades beneficentes.

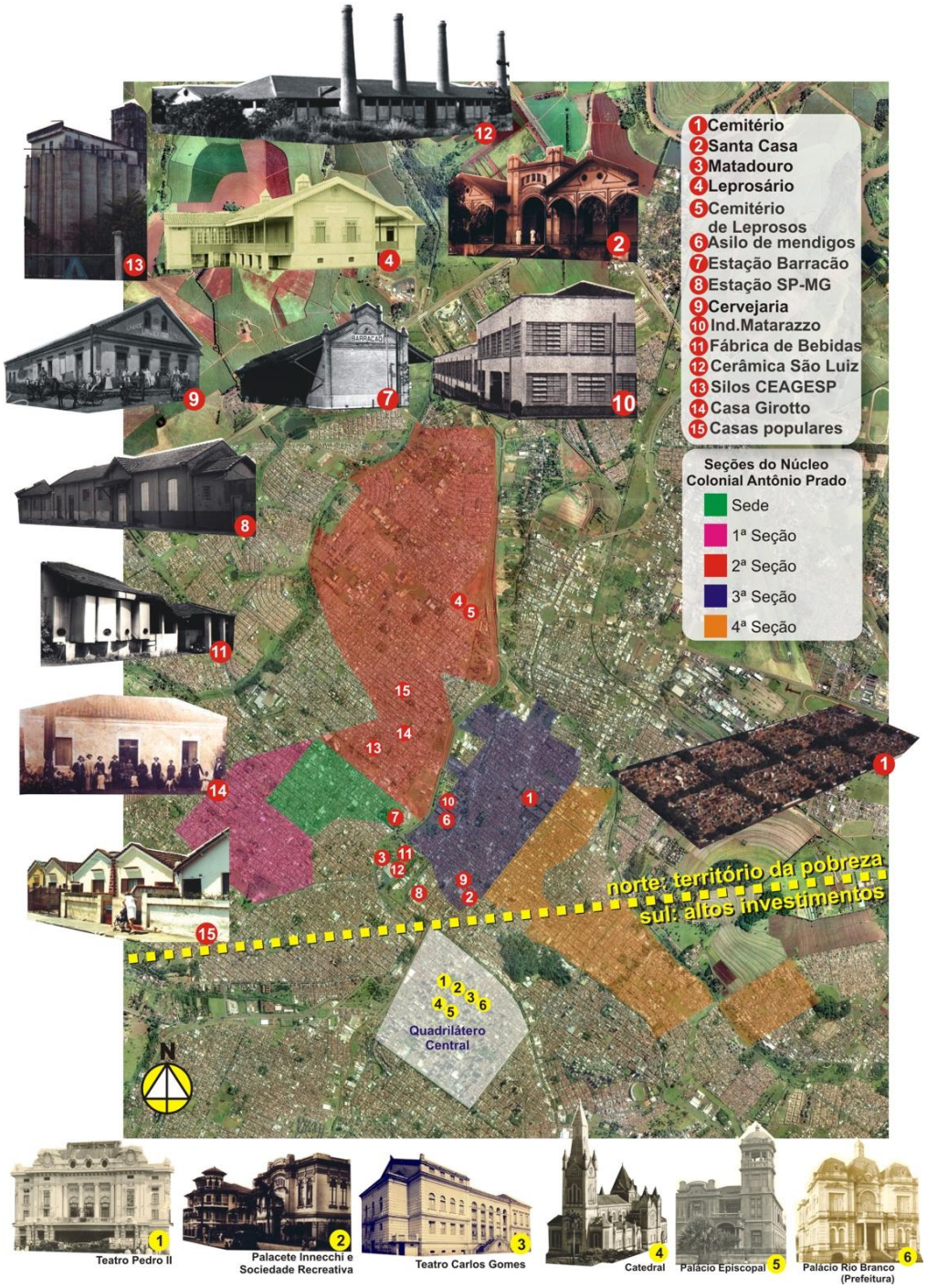

Figura 07 - Divisão "social" da cidade: no centro-sul, equipamentos luxuosos para a elite e, na porção norte, correspondente ao antigo núcleo colonial, a "cidade invisível". Fonte: SILVA, 2007.

A falta de investimentos de infraestrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica social imposta pelas leis sanitárias do Município. Assim, enquanto luxuosas residências foram construídas na área central, a periferia abrigou hospitais, asilos, cemitérios e demais construções que pudessem colocar em risco a saúde e a beleza física da região nobre.

Entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre da cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residia grande parte dos trabalhadores.

Uma "metrópole moderna e progressista", como bem anunciavam os almanaques que faziam propaganda de Ribeirão Preto ao exterior, era restrita à burguesia local e construiu ao longo dos anos, uma cidade para poucos. Restringindo aos excluídos as submoradias e tudo aquilo que era indesejável, inviabilizou o convívio social no espaço público pela inexistência de lugares propícios a essa prática, como as praças ajardinadas na área central da cidade tendo o urbanismo como aliado na manutenção dessa lógica, começando pelas Posturas Municipais.

O mapa a seguir mostra a configuração atual de Ribeirão Preto e o núcleo inserido em sua malha urbana.

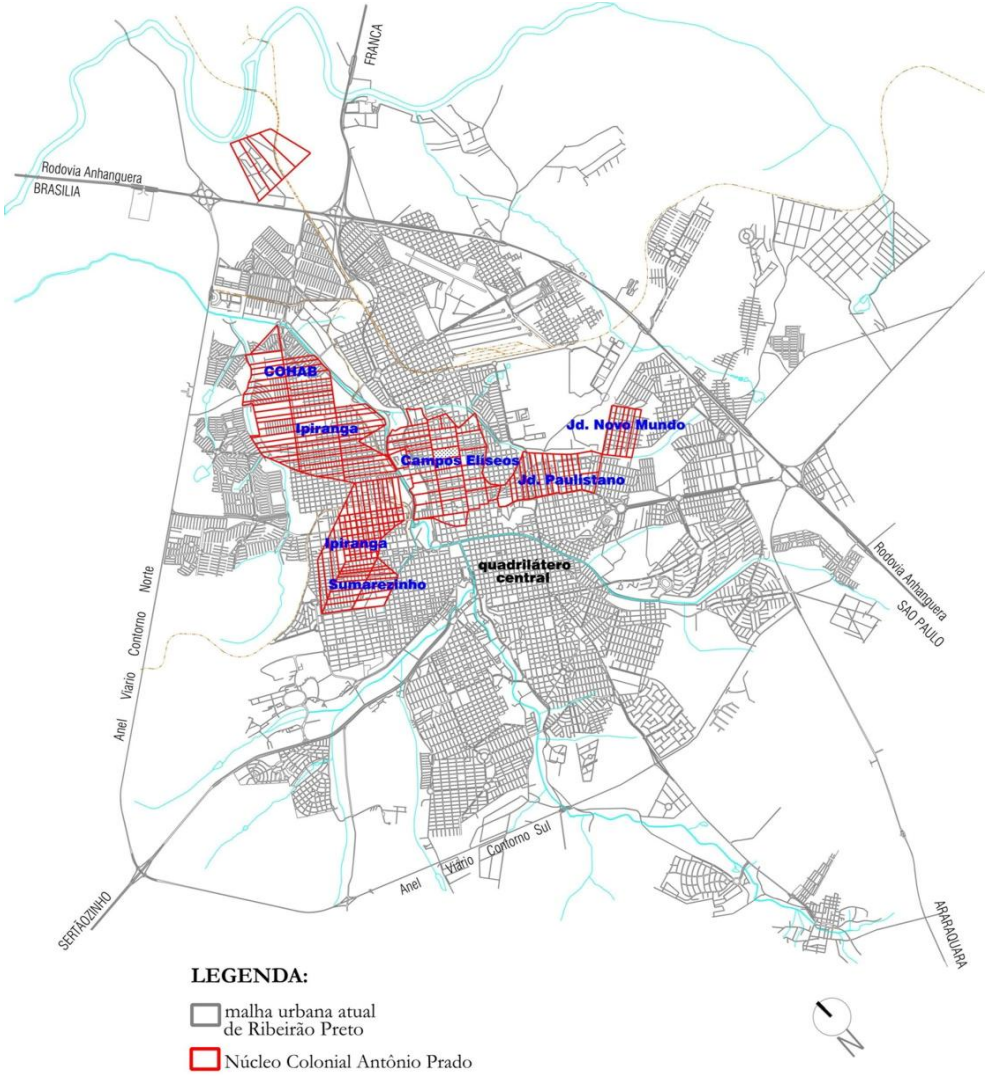

Figura 08 - Núcleo Colonial Antônio Prado inserido na malha urbana atual de Ribeirão Preto. Fonte: SILVA, 2006.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APHRP. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, 2002.

HOLLOWAY, Thomas. Imigrantes para o café – café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAPA, J. R. do A. Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995.

SILVA, A. C. B. da. Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

SILVA, A. C. B. da. Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Carlos: UFSCar, 2007. 270 f.